

Artigo

Comunicação & interdisciplinaridade

Algumas notas exploratórias sobre as bases epistemológicas da Área

Marcelo Santos¹

Natália Navarro Fujiki²

Tainá Costa³

Resumo

Este é o primeiro resultado de uma pesquisa em curso iniciada este ano pelos autores, no Centro de Pesquisa Interdisciplinar de Pesquisa – CIP – da Faculdade Cásper Líbero. Nosso objetivo é o de investigar se é pertinente enquadrar a Comunicação como uma área de pesquisa e conhecimento interdisciplinar. A metodologia adotada foi a de revisão de literatura. Os resultados obtidos parecem confirmar que as ciências da comunicação estão menos ligadas às ciências sociais e mais conectadas com a Área Interdisciplinar.

Palavras-chave

Comunicação; Interdisciplinaridade; Epistemologia

Abstract

This is the first result of an ongoing research initiated this year by the authors, at the Centre for Interdisciplinary Research of the Cásper Líbero Faculty. Our objective is to investigate if it is pertinent to frame Communication as an interdisciplinary area of research and knowledge. The methodology adopted was to review the literature. The results obtained seem to confirm that the communication sciences are less connected to the social sciences and more connected with the Interdisciplinary Area.

Keywords

Communication Studies; Interdisciplinarity; Epistemology

Resumen

Este es el primer resultado de una investigación en curso iniciada este año por los autores, en el Centro de Investigación Interdisciplinaria de la Facultad Cásper Líbero. Nuestro objetivo es investigar si es pertinente enmarcar la Comunicación como un área interdisciplinaria de investigación y conocimiento. La metodología adoptada fue revisar la literatura. Los resultados obtenidos parecen confirmar que las ciencias de la comunicación están menos conectadas con las ciencias sociales y más relacionadas con la pesquisa interdisciplinar

Palabras clave

Comunicación; Interdisciplinarietà; Epistemología

¹ Professor Permanente do Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. E-mail: masmoraes@casperlibero.edu.br

² Pesquisadora de iniciação científica do Centro Interdisciplinar de Pesquisa da Faculdade Cásper Líbero> E-mail: nataliafujiki1994@gmail.com

³ Pesquisadora de iniciação científica do Centro Interdisciplinar de Pesquisa da Faculdade Cásper Líbero> E-mail: tainaguicosta@gmail.com

Introdução

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é um órgão ligado ao Ministério da Educação que, no Brasil, regula os programas de pós-graduação stricto sensu – mestrado e doutorado –, desempenhando funções que vão desde a avaliação destes programas até a formação de recursos humanos no país e exterior. Conforme aponta Michely Vogel em tese de doutorado defendida em 2015 na Universidade de São Paulo, ao final de cada processo avaliativo realizado pela Capes, cuja duração em 2012 passou a ser quadrienal, a agência publica o chamado “Documento de Área”. Ali, são traçados os parâmetros e critérios para cada uma das 48 áreas do conhecimento reconhecidas pela Capes, encontrando-se informações como “Identificação” e “Considerações gerais sobre o estágio atual da Área”.

É no exame desta última seção elaborada para o Documento de Área do que a Capes entende por “Comunicação” que se encontra o nosso problema de pesquisa. Tal local, vemos que as comunicações estão enquadradas em algo nomeado “Ciências Sociais Aplicadas I” (CSAI), formada também por Ciência da Informação e Museologia, e integrando o grande conjunto das “Ciência Sociais Aplicadas”, na qual incluem-se áreas como Turismo, Arquitetura e Design, Direito e Economia. Ainda dentro da seção “Considerações gerais sobre o estágio atual da Área” das CSAI, existe uma subseção titulada “Interdisciplinaridade”. Grafa-se, então, que a Área “entende que a interdisciplinaridade deve ser valorizada como possível elemento constitutivo da identidade de Programas e por estes indicada quando relacionada a Áreas de Concentração, Linhas de Pesquisa, Proposta do Programa, Produção Científica e os demais itens de avaliação” (CAPES, 2012, p.10).

Como se percebe, o Documento de Área dá a entender que a interdisciplinaridade deva orientar questões basilares dos programas de pós-graduação das CSAI, presentificando-se, inclusive, na produção científica de tais programas. Oras, a Capes possui, entre as suas áreas do saber, uma que é, exatamente, nomeada “Interdisciplinar”. Tal área encontra-se subdividida entre “Meio Ambiente & Agrárias”, “Sociais e Humanidades”, “Engenharia, Tecnologia & Gestão” e “Saúde & Biológicas”. Se a perspectiva interdisciplinar é fundante para Comunicação, Ciência da Informação e Museologia, por que elas são

consideradas CSAI e não como pertencentes a Área Interdisciplinar? Do ponto de vista epistemológico, e não apenas taxonômico, isso não faria mais sentido?

É essa, precisamente, a questão que orienta o nosso trabalho. Para discuti-la, a seguir, apresentaremos um levantamento bibliográfico sobre os campos do conhecimento “Interdisciplinar” e “Comunicação” para além da Capes. Na sequência, iremos cotejar tal levantamento com as informações encontradas nos respectivos documentos de área. Nosso objetivo com tal ação é o de discutir, especificamente para a Comunicação, se a partir dos dados coletados é mais pertinente classificar as ciências da comunicação não como “sociais aplicadas”, e sim “interdisciplinares”.

Trans, pluri e interdisciplinaridade

Falar em interdisciplinaridade exige, de início, realizar certas distinções conceituais, notadamente com os termos pluri e transdisciplinaridade. Esta última está diretamente ligada a paradigmas oriundos da física no início do século XX, e foi assim nomeada pela primeira vez pelo filósofo e psicólogo suíço Jean Piaget em um colóquio realizado na década de 1970, para designar algo ao mesmo entre, através e além das diferentes disciplinas. Um conhecimento que se quer holístico, total sem ser totalitário ou reducionista.

Ao contrário do que o senso comum às vezes sugere, a transdisciplinaridade não se opõe às disciplinas, e sim as complementa, pois

faz emergir da confrontação das disciplinas dados novos que as articulam entre si; oferece-nos uma nova visão da natureza e da realidade. A transdisciplinaridade não procura o domínio sobre as várias outras disciplinas, mas a abertura de todas elas àquilo que as atravessa e as ultrapassa (UNESCO, 1994).

Já a pluridisciplinaridade diz respeito ao estudo de um objeto de uma mesma e única disciplina por várias disciplinas ao mesmo tempo. “Por exemplo, um quadro de Giotto pode ser estudado pela ótica da história da arte, em conjunto com a da física, da química, da história das religiões, da história da Europa e da geometria (NICOLESCU, 1999, p.45).

Foram alguns eventos internacionais organizados pela Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura, a UNESCO, e pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, a OCDE, que abriram espaço e visibilidade para discussões em escala global a respeito de pluri, trans e interdisciplinaridade (SOMMERMAN, 2006). No documento gerado por ocasião do Congresso Internacional de Locarno, realizado na Suíça, em 1977, lemos que

A interdisciplinaridade tem uma ambição diferente daquela da pluridisciplinaridade. Ela diz respeito à transferência dos métodos de uma disciplina à outra. É possível distinguir três graus de interdisciplinaridade:

a) um grau de aplicação. Por exemplo, os métodos da física nuclear transferidos à medicina conduzem à aparição de novos tratamentos de câncer;

b) um grau epistemológico. Por exemplo, a transferência dos métodos da lógica formal ao campo do direito gera análises interessantes na epistemologia do direito;

c) um grau de geração de novas disciplinas. Por exemplo, a transferência dos métodos da matemática ao campo da física gerou a física-matemática; da física de partículas à astrofísica, a cosmologia-quântica; da matemática aos fenômenos meteorológicos ou aos da bolsa, a teoria do caos; da informática à arte, a arte-informática. Como a pluridisciplinaridade, a interdisciplinaridade ultrapassa as disciplinas, mas sua finalidade também permanece inscrita na pesquisa disciplinar. Seu terceiro grau inclusive contribui para o big-bang disciplinar.

O breve percurso até aqui realizado já nos permite visualizar certas diferenças. Enquanto a pluridisciplinaridade designa várias disciplinas ocupando-se de um mesmo objeto de estudo, a interdisciplinaridade aponta para um tipo específico de intercâmbio entre saberes: o da transferência metodológica. A transdisciplinaridade, por sua vez, significa a adoção de uma abordagem holística de conhecimento, ou a tentativa de superar problemas criados pela acentuada especialização disciplinar iniciada a partir da filosofia cartesiana e levada às últimas consequências pelo Positivismo, no século XIX. Nas palavras de Basarab Nicolescu (1999, p.22), a transdisciplinaridade “se preocupa com o que está entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de todas as disciplinas. Seu objetivo é compreender o mundo contemporâneo, no qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento”. Esquemáticamente:

Tabela 1: Comparação da pluri, inter e transdisciplinaridade

PLURIDISCIPLINARIDADE	INTERDISCIPLINARIDADE	TRANSDISCIPLINARIDADE
Um mesmo objeto de estudo ou tópico de pesquisa investigado simultaneamente por várias disciplinas. Vai-se além do paradigma disciplinar sem, todavia, superá-lo ou colocá-lo em suspenso.	Intercâmbio de métodos de pesquisa oriundos de distintas disciplinas. Apesar de estar além das disciplinas e de poder gerar novas disciplinas, enquadra-se no modelo da pesquisa disciplinar	Define-se como a busca pelo que está, ao mesmo tempo, entre, através e além de toda e qualquer disciplina, representando, portanto, uma quebra com o paradigma disciplinar, uma nova forma de ver o mundo.

Sommerman (2006), na tentativa de reorganizar estes conceitos e elaborar novas construções, sugere tipos e graus de inter e de transdisciplinaridade:

- Interdisciplinaridade de tipo pluridisciplinar – quando predomina nas equipes multidisciplinares a transferência de métodos de uma disciplina para a outra.
- Interdisciplinaridade forte – quando predomina não a transferência de métodos, mas de conceitos, ocorrendo um verdadeiro diálogo, o que exige trocas intersubjetivas dos diferentes especialistas, bem como nesse diálogo se reconheçam os saberes teóricos, práticos e existenciais, em si e nos outros.
- Interdisciplinaridade de tipo transdisciplinar – quando nas equipes multidisciplinares estiverem presentes o diálogo com os conhecimentos considerados não científicos (das artes, da filosofia, dos atores sociais, das tradições de sabedoria etc.) com os diferentes níveis do sujeito e da realidade.
- Transdisciplinaridade de tipo pluridisciplinar – estabelece um diálogo com os saberes não disciplinares dos diversos atores sociais (empresas, órgãos públicos, organizações não governamentais).
- Transdisciplinaridade de tipo interdisciplinar – aproxima-se da interdisciplinaridade forte, pois se abre não apenas para as trocas intersubjetivas dos diferentes especialistas, mas para o diálogo com os saberes (teóricos, práticos, existenciais ou vivenciais) dos diversos atores sociais.

- Transdisciplinaridade forte – apoiada nos três pilares metodológicos da pesquisa transdisciplinar (complexidade, níveis de realidade e lógica do terceiro incluído), aproxima-se da interdisciplinaridade de tipo transdisciplinar.

Para os fins aqui propostos, focaremos apenas no conceito de interdisciplinaridade acima classificado como pluridisciplinar e/ou forte, circunscrito, portanto, ao intercâmbio de métodos e conceitos entre disciplinas, perguntando-nos, na seção subsequente, se o campo da Comunicação pode ser enquadrado como interdisciplinar.

Bases teóricas e epistemológicas da Comunicação: uma prática interdisciplinar?

Em “Comunicação e Pesquisa: projetos para mestrado e doutorado”, Lucia Santaella (2001, pp.16-23) dedica uma seção a definir “o que é comunicação”. Ali, ela assim explica o termo: “a transmissão de qualquer influência de uma parte de um sistema vivo ou maquinal para uma outra parte, de modo a produzir mudança. O que é transmitido para produzir influência são mensagens, de modo que a comunicação está basicamente na capacidade de gerar e consumir mensagens” (ibid., p.22). A definição apresentada por Santaella extravasa, com facilidade, o limiar humano, abarcando processos físico-químicos presentes em seres como bactérias, fungos e plantas, ou ainda inteligências artificiais. O conceito é muito diferente daquele introduzido por Maria Immacolata Lopes (2003) em “Pesquisa em comunicação”:

A palavra “comunicação” costuma ser empregada tanto para indicar uma disciplina ou estudo, a Comunicação, quanto seu objeto de estudo, a comunicação. A ambiguidade da palavra não deve obscurecer o fato de a Comunicação ter sido constituída como um campo de estudos que progressivamente se *autonomiza* dentro da grande área do conhecimento que são as Ciências Sociais e Humanas. Isto porque progressivamente tem demonstrado a especificidade intrínseca de seu objeto – os fenômenos comunicacionais da sociedade atual.

Enquanto para Lucia Santaella a comunicação é ampla, não antropocêntrica e sem objeto definido, para Maria Immacolata Lopes, a comunicação está dentro das Humanidades e estuda os fenômenos produzidos pelos processos de comunicação humana. Esta

divergência revela, exatamente, aquilo que em 2013, durante o XXII Encontro Anual da Compós, realizado na Universidade Federal da Bahia, Lucrécia D’Alessio Ferrara identificou como a epistemologia de uma comunicação indecisa. E aqui voltamos ao início deste trabalho: tal indecisão encontra-se expressa, inclusive, no modo como a Área se define na Capes, ao mesmo tempo pertencendo ao ramo das “Ciências Sociais Aplicadas I” (CSAI) mas querendo-se interdisciplinar. Afinal, não são as ciências sociais a serem evocadas como “elemento constitutivo” dos programas de pós-graduação em comunicação, e sim a interdisciplinaridade.

Logo, se é do discurso expresso em falas como a de Maria Immacolata Lopes (2003) que a área retira o seu pertencimento taxonômico — Ciências Sociais e Humanas — na Capes, não é deste mesmo discurso que se traçam as bases epistemológicas — a interdisciplinaridade — daquilo entendido pelos comunicólogos no documento de Área como fundante para a pesquisa em comunicação, mas sim de falas análogas à de Santaella (2001).

Este assunto foi tema de um artigo publicado na prestigiosa revista brasileira da área de comunicação E-Compós, titulado “O Mito da Interdisciplinaridade: história e institucionalização de uma ideologia” (2013). A rubrica elegida deixa antever a crítica ali realizada por Luiz C. Martino, professor do PPGCOM da UNB, e Katrine Tokarski Boaventura, doutora pelo mesmo programa. Tal ocasião, Martino e Boaventura (2013, p.2) colocam em suspenso a virada interdisciplinar na epistemologia da comunicação. O argumento encontra-se centrado na noção de que

Disciplinas menos consolidadas teoricamente, como a Comunicação e a Educação, ficam expostas a estas propostas radicais, de modo que alguns julgam encontrar na interdisciplinaridade uma maneira de resolver seus problemas de fundamentação, objeto e método. Contudo a própria falta de clareza sobre o sentido de interdisciplinaridade traz uma importante implicação epistemológica: dependendo da maneira como se compreenda a interdisciplinaridade, a consequência lógica é negar a possibilidade de que a Comunicação possa ser trabalhada como uma disciplina científica, além de criar embaraços para as atividades de ensino e pesquisa (ibid.).

Nas palavras de Martino e Boaventura (2013, p.9), a interdisciplinaridade é um projeto extremamente inconsistente, que ganha credibilidade por interesses ideológicos desenvolvimentistas. Percebe-se, isto sim, a inconsistência da crítica feita pelos autores. A interdisciplinaridade não rompe com o modelo de pesquisa disciplinar; nele ela se

enquadra, de maneira que reconhecer a comunicação com um saber interdisciplinar não anula a sua compreensão como disciplina, mas propõe o seu entendimento como disciplina na qual se intercambiam métodos de pesquisa e conceitos de outras disciplinas, aos que por ventura a Comunicação ela mesma possa vir a criar.

Outro problema: na página sete do artigo publicado na E-Compós, Martino e Boaventura (2013) citam o documento gerado por ocasião do “I Congresso Mundial da Transdisciplinaridade” para falar de interdisciplinaridade, ignorando as diferenças basilares entre as duas abordagens, conforme discutimos na seção anterior. Mais à frente, o artigo sugere que a ideologia da interdisciplinaridade “implementa planos e certezas que nada têm a ver com a forma de gerar conhecimento próprio à ciência” (ibid., p.10); uma espécie de “modismo sem fundamentação” (ibid.). As palavras, extremamente fortes, não são sustentadas por argumentos igualmente sólidos: negligenciam a literatura própria da área interdisciplinar, conforme revela a exígua bibliografia no artigo, e assumem um tom autoritário que dizem enxergar, por exemplo, na UNESCO e na OCDE, para Martino e Boaventura (2013) organizações dedicadas a intervir em governos nacionais para implantar a fórceps a prática interdisciplinar.

Ao adotar esta perspectiva, Martino e Boaventura (2013) também assumem que os cientistas são facilmente seduzíveis por ideologias falhas, e não agentes críticos capazes e suficientemente livres para reverem de modo perene a forma como produzem conhecimento. Os citados autores admitem, também, a ignorância de acreditar que a interdisciplinaridade acaba com a disciplinaridade, quando na realidade, tal qual argumentamos anteriormente, o saber interdisciplinar depende da existência de disciplinas e nele se enquadra — a ruptura da disciplinaridade só se dá com a práxis transdisciplinar.

Por fim, é autoritário por parte de Martino e Boaventura (2013) colorem um fim naquela discussão expressa pelas falas de Lucia Santaella e Maria Immacolata Lopes, encerrado sem procuração dos pesquisadores da Área a indecisão da comunicação apontada por Lucrécia D’Alessio Ferrara — e não é precisamente a indecisão ou a dúvida o que move a ciência?

Tudo dito, Martino e Boaventura (2013, p.12) fazem uma crítica ao fato de a Capes ter convertido o conhecimento interdisciplinar em uma Área, afirmando que

Ao contrário de um mito muito difundido, o trabalho interdisciplinar cria isolamento, pois os participantes não compartilham nem a experiência da formação, nem de bibliografias comuns. Ele exige um esforço muito maior que o trabalho especializado (já bastante difícil) e corre o risco de apropriações e usos indevidos de conceitos de diferentes ciências, assimilando a produção de conhecimento ao trabalho de lidar com informação.

Não há qualquer tipo de revisão de literatura que referende a fala acima, de modo que resta ao leitor crer no isolamento da pesquisa interdisciplinar exclusivamente pela fé nas palavras grafadas por Martino e Boaventura. Além disso, criticar uma abordagem epistemológica porque ela exige “mais esforço” que o trabalho especializado é revelar preguiça, ou a incompetência talvez inexistente nos que se dedicam a tal tarefa, isto é, naqueles especializados na interdisciplinaridade.

A problemática é novamente discutida em 2015 por Boaventura, desta vez sozinha, no artigo “Interdisciplinaridade e comunicação: um levantamento crítico”, apresentado no encontro da Compós daquele ano. Neste trabalho, a autora tem o intuito de reunir as principais abordagens em relação aos problemas que supostamente podem ser atribuídos à proposta interdisciplinar predominante na Comunicação. Para isto, Boaventura primeiramente declara a inexistência de um consenso sobre o que é a interdisciplinaridade — o que outra vez revela desconhecimento de literatura por parte da autora —, estabelecendo, portanto, dificuldades e controvérsias impertinentes para sua prática. Há poucos avanços em relação ao trabalho anteriormente assinado com Luiz C. Martino.

O melhor, nos parece, é evitar este tipo de crítica agressiva e mal fundamentada e seguir com Luís Mauro de Sá Martino, professor do PPGCOM da Faculdade Cásper Líbero. Em 2012, no artigo apresentado na Compós nomeado “Do debate epistemológico à sala de aula: a disciplinarização de epistemologia no ensino da (s) Teoria (s) da Comunicação”, Martino disserta, observe-se, a respeito da *ausência de um consenso* sobre premissas epistemológicas básicas, como o objeto e método da Comunicação, entre os pesquisadores deste campo. O autor (MARTINO, 2012, pp.8-9) desenvolveu um estudo no qual investigou programas de ensino de Teoria da Comunicação de trinta e um cursos do país, para descobrir o que segue:

(a) As ementas e conteúdos programáticos articulam-se principalmente ao redor de “escolas teóricas” ou “teorias”, apresentadas em recorte cronológico, não temático. Seria possível questionar se o ensino de Teoria da Comunicação não está sendo pensado como o ensino de teorias aplicadas à Comunicação ao longo do século XX.

(b) Apesar da semelhança de estruturação dos recortes cronológicos, não há unidade entre as ementas. Nenhum autor, escola, conceito ou teoria está presente em todos os 31 programas. Os mais citados são Escola de Frankfurt (em 24 programas), Estudos Norte- Americanos (em 20), Estudos Culturais (13) McLuhan (12), Estruturalismo/Semiótica (12) e Escolas ou autores Latino-Americanos (12).

(c) Do total de 101 tópicos diferentes incluídos nos programas de Teoria da Comunicação, apenas quatro – Escola de Frankfurt, Estudos Norte- Americanos, McLuhan e Estudos Culturais – estão presentes em mais da metade.

(d) Nota-se especialmente a presença de escolas, autores e teorias formulados há mais cinquenta anos na composição do que poderia se considerado uma espécie de núcleo central da disciplina.

(e) O total de autores nas bibliografias é 224, dos quais 135 estão presentes apenas em um programa; nenhum figura em todos. Os autores citados em mais de dez programas são: Mauro Wolf (em 21 programas), Armand Mattelart (20), Umberto Eco (19), Lúcia Santaella (16), Luiz Costa Lima (15), Antonio Hohfeldt, Vera França e Luiz C. Martino (13), Marshall McLuhan (12), Melvin DeFleur & Sandra Ball-Rokeach (12).

Os dados apresentados por Martino — por exemplo, nenhum autor figura em todos os programas avaliados — parecem comprovar a inexistência de uma gaveta disciplinar capaz de enquadrar a Comunicação, tendo em vista a variabilidade e heterogeneidade de suas abordagens, ao menos no Brasil. Para o nosso campo confluem escolas filosóficas diversas, pesquisas de orientação psicológica, psicanalítica, antropológica, sociológica, matemática, estudos sobre arte, música, cinema, abordagens como os Estudos Culturais,

interdisciplinares em sua gênese, ou ainda as muitas escolas semióticas, algumas das quais, como a peirceana, sequer ciências sociais/humanas. De modo que parece haver muitos subsídios empíricos para classificar a Comunicação mais como este ponto de encontro entre disciplinas, ou de e intercâmbio de métodos e conceitos, e menos como exclusivamente uma “ciência social aplicada”, como hoje a matéria é enquadrada na Capes.

Considerações finais

Este é o primeiro resultado de uma pesquisa em curso iniciada este ano pelos autores no Centro de Pesquisa Interdisciplinar de Pesquisa – CIP – da Faculdade Cásper Líbero. Ainda que preliminar, o estudo aqui apresentado parece nos conduzir ao entendimento de que hoje a interdisciplinaridade manifesta-se, conforme lemos no Documento de Área, como algo constitutivo da pesquisa em comunicação.

Enquadrar a variabilidade encontrada por Luís Mauro de Sá Martino (2012) e defendida por nomes de peso como Lucia Santaella (2001) exclusivamente no ramo das Ciências Sociais e Humanas, como o faz Lopes (2003) e a Capes, ao designar a Comunicação como “Ciências Sociais Aplicadas I” (CSAI), é negar uma multiplicidade de objetos, metodologias e perspectivas que aparece entranhada na “epistemologia indecisa” da área.

Talvez porque muitos, como Martino e Boaventura (2013), enxerguem nesta indecisão, ou nesta efervescência criativa de aproximações metodológicas e conceituais disciplinares diversas, fragilidade para o campo, certo “modismo” ou subserviência a uma ideologia exógena. Quando na verdade a pesquisa interdisciplinar encontra-se muito bem delimitada e consolidada, e ao invés de imposta, parece ser um elemento fundante *avant la lettre* da produção de conhecimento em Comunicação. Do que decorre a nossa seguinte consideração provisória: a classificação das comunicações como CSAI parece estar mais ligada a questões políticas ou de financiamento e menos às bases epistemológicas que, hoje, conformam o campo como uma disciplina na qual se intercambiam métodos — e conceitos — das mais distintas áreas e disciplinas.

Referências

BOAVENTURA, K. T. Interdisciplinaridade e comunicação: um levantamento crítico. **Trabalho apresentado no 24o. Encontro da Compós**. Brasília, junho 2015.

FERRARA, L. D.. A Epistemologia de uma Comunicação Indecisa. **Trabalho apresentado no 22o. Encontro da Compós**. Salvador, junho 2013.

GADOTTI, Moacir. **Interdisciplinaridade: atitude e método**. 1999. Disponível em: <<http://www.paulofreire.org>>.

LOPES, M. I. V. **Pesquisa em Comunicação: formulação de um modelo metodológico**. São Paulo: Loyola, 2003.

MARTINO, L. C.; BOAVENTURA, K. T. O Mito da Interdisciplinaridade: história e institucionalização de uma ideologia. **E-Compós** (Brasília), v. 1, p. 1-16, 2013.

MARTINO, L. M. Do debate epistemológico à sala de aula: a disciplinarização da epistemologia na(s) teoria(s) da Comunicação. **Trabalho apresentado no 21o. Encontro da Compós**. Juiz de Fora, junho 2012.

NICOLESCU, Basarab. **O manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: Triom, 1999.

Santaella, Lucia. **Comunicação e Pesquisa**. São Paulo: Editora Hacker, 2001.

SOMMERMAN, Américo. **Inter ou transdisciplinaridade? Da fragmentação disciplinar ao novo diálogo entre os saberes**. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. Complexidade e transdisciplinaridade. In: **Encontro brasileiro de estudos da complexidade**. Anais... Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2005.

UNESCO. **Documento final do I Congresso Mundial da Transdisciplinaridade**, organizado por UNESCO/CIRET/França, em Portugal, em 1994. Acesso: <<http://www.cetrans.com.br/internaCetransd8a3.html?iPageId=115>>. Acesso em 02/03/2016.

VOGEL, M. J. M. Avaliação da Pós-Graduação Brasileira: análise dos quesitos utilizados pela CAPES e das críticas da comunidade acadêmica. **Doutorado em Ciência da Informação**. Escola de Comunicações e Artes da USP, ECA-USP, Brasil, 2015.